

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISES E REALIDADES

Autor (1) Jaqueline Feliciano Gomes; Orientador (2) Nathalia Fernandes Egito Rocha

(Graduada em pedagogia pela UFPB. E-mail: Jaquelinefeliciano10@gmail.com . Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB / Mestre em Educação pelo PPGE/UFPB / Graduada em Pedagogia pela UFPB. E-mail: nathaliafernandesufpb@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira a BNCC para a Educação Infantil está sendo compreendida pelos professores de uma creche municipal em Campina Grande. Sobre currículo compreendemos que seja um conjunto de experiências com intenções educativas que se unem aos conhecimentos das crianças para que se desenvolvam integralmente. A Base Nacional Comum Curricular sendo uma lei nacional que rege a estrutura curricular identificamos qual a compreensão dos profissionais de uma instituição de Educação Infantil municipal (Creche) sobre a BNCC para esse segmento. Houve participação deles na elaboração? O texto está condizente com a prática e as condições de trabalho disponíveis? Realizamos uma investigação a partir do Ciclo de Políticas de Stephen Ball para analisar a relação do contexto e da prática; analisamos o processo de elaboração da BNCC e se houve participação dos professores. Para perceber o contexto da prática de uma instituição de Educação Infantil em Campina Grande utilizamos a técnica de estudo de caso com uma entrevista semiestruturada. A análise desenvolvida apontou que os professores ainda tem uma visão tradicional sobre o currículo e não tiveram participação na elaboração da BNCC como pretendia a proposta da lei; também que a proposta não contempla a prática das professoras em alguns momentos.

Palavras-chave: BNCC, Educação Infantil, Currículo.

INTRODUÇÃO

A educação infantil constitui-se como a etapa inicial da educação básica e é dever do estado torná-la acessível a todas as crianças de zero a cinco anos através das creches e pré-escolas. (LDB, 2017).

As creches devem ser implantadas segundo o modelo criado pela Política Nacional de Educação Infantil que leva em conta a complementaridade das políticas de assistência, saúde, renda e com a política de educação básica e não deve ser implantada a critério do mercado ou de agentes isolados, mas levando em conta a realidade das famílias e debatendo com a população a sua necessidade. (BRASIL, 2006).

Trabalhando diretamente com Educação Infantil desde 2010, na prefeitura municipal de Campina Grande como professora vi a necessidade de diante de tantas mudanças na matriz curricular desse segmento, analisar a trajetória e perceber se de fato avançamos ou retrocedemos, no que se refere ao alcance de uma educação de qualidade.

A partir da BNCC mais especificamente para o campo da Educação Infantil, senti a necessidade de problematizar como a discussão da

dessa proposta curricular está sendo desenvolvida pelos professores deste nível de ensino, buscando investigar a seguinte questão: Qual a compreensão dos profissionais de uma instituição de Educação Infantil municipal (Creche) sobre a BNCC para esse segmento? Houve participação deles na elaboração? O texto está condizente com a prática e as condições de trabalho disponíveis?

Segundo o MEC a Base Nacional Comum Curricular é uma proposta que visa uniformizar o aprendizado na Educação Básica em todo território nacional e deste modo

O reconhecimento desse potencial aponta para o direito de as crianças terem acesso a processos de apropriação, de renovação e de articulação de saberes e conhecimentos, como requisito para a formação humana, para a participação social e para a cidadania, desde seu nascimento até seis anos de idade. (MEC, 2017)

A partir das questões postas e diante de uma proposta de mudança no cotidiano escolar e nas competências a serem desenvolvidas pelas crianças com a mediação das professoras, temos como objetivo geral do trabalho analisar de que maneira a BNCC para a Educação Infantil está sendo compreendida pelos professores de uma creche municipal em Campina Grande. E como objetivos específicos, buscaremos: identificar como a Educação Infantil aparece nas propostas curriculares a partir dos anos 90; apresentar uma síntese sobre o processo de elaboração da BNCC, com base em trabalhos já desenvolvidos; investigar quais são os sentidos atribuídos a BNCC pelos profissionais da Educação Infantil de uma creche em Campina Grande.

A proposta da seguinte pesquisa seguirá uma abordagem qualitativa e compreenderá um estudo analítico-exploratório já que este informa ao pesquisador “a real importância do problema, o estágio em que se encontram as informações já disponíveis a respeito do assunto” (SANTOS, 2004, 26), e podem também ajudar a identificar outras informações e outras fontes de pesquisa.

Foi feito um estudo de caso em uma instituição de Educação Infantil em Campina Grande, a qual resguardaremos sua identidade, e teremos como amostra somente as professoras efetivas da instituição. Como procedimentos metodológicos para a coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada, observação e análise do Projeto Político Pedagógico da instituição.

Realizamos nossa análise em uma creche de Campina Grande que esta está localizada no Bairro Três Irmãs da citada cidade.

Neste trabalho faremos a análise da política educacional sob a ótica da “abordagem do ciclo de

políticas” formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e colaboradores analisada sob a ótica de Mainardes.

Neste ciclo há três contextos principais que se relacionam e facilitam a compreensão das políticas educacionais; não são sequenciados e nem lineares. São eles: o contexto da influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática, que nos ateremos mais neste texto, porém existem mais dois contextos: o de efeitos e o de estratégias políticas.

Dentro desses contextos daremos um enfoque maior ao contexto da prática, isto é, nossa pesquisa aprofundar-se-á a partir dos dados da prática docente e as implicações que o currículo da Educação Infantil contidos na BNCC tem no cotidiano escolar para assim avaliarmos a compreensão dessa política pelos professores de uma Instituição de Educação Infantil em Campina Grande.

A política do currículo na Educação Infantil teve um longo percurso de muitas mudanças e avanços, mas as principais mudanças ocorreram a partir dos anos 90 que em seguida faremos uma síntese dessa trajetória.

AS PROPOSTAS CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DOS ANOS 90: a síntese de uma trajetória

Ao longo da história a Educação infantil vem se aperfeiçoando e se tornando um espaço de crescimento e desenvolvimento de todas as capacidades das crianças de 0 a 5 anos.

A partir da revolução industrial, as mulheres tiveram que entrar para o mercado de trabalho e não tinham como nem onde deixar as crianças que precisavam de cuidados já que suas famílias passavam o dia inteiro trabalhando. As creches era o local em que as crianças eram deixadas boa parte do dia.

(...) Seu caráter era absolutamente assistencial e filantrópico e o objetivo explícito era a guarda da criança. As creches surgiram como uma demanda do próprio capitalismo, como forma de preservar a criança filha de famílias trabalhadoras, com necessidade de organização social frente à expansão dos centros urbanos e a necessidade da mãe trabalhadora. (ORTIZ e CARVALHO, 2012, 19)

Com o passar do tempo as creches foram ganhando novas perspectivas para tornar mais rápido o desenvolvimento infantil e suprir culturalmente a privação que as famílias de baixa renda possuíam. E a pedagogia foi sendo introduzida para mudar o modo de operar dessas instituições. A comunidade científica então foi despertando interesse em analisar o processo de desenvolvimento infantil e teve um olhar diferenciado para este segmento. No Brasil Segundo Carrijo (2008, p. 87)

As primeiras preocupações com a infância partiram de grupos particulares, especialmente, de médicos e higienistas, em razão dos elevados índices de mortalidade infantil. Esses enfatizavam a necessidade de cuidados com a higiene e com o aleitamento materno.

Aos pouco esse despertar foi se concretizando e virando leis e prédios de atendimento a crianças filhas de operários. Mas somente a partir do século XX é que foi tendo uma melhora no atendimento a essas crianças. É neste momento histórico que as concepções de criança e infância vão tomando novos rumos e elas são vistas também como cidadãos e sujeitos de direitos, que merecem se desenvolver plena e de maneira específica em instituições para esse fim.

A constituição de 1988 e a LDB em 1996 foram as principais e são considerados marcos legais para o atendimento a crianças de 0 a 6 anos em Creches e Pré-escolas. Posteriormente o ECA também reforçou esse direito as crianças. Esses documentos

(...) buscam garantir o direito ao atendimento às crianças em creches e pré-escolas, assim como permitem vislumbrar, sem definir ainda, a ideia de atendimento com qualidade, modificando a concepção assistencialista e compensatória vigente até o momento. (ORTIZ e CARVALHO, 2012, 23).

Com transição de uma educação de cunho pedagógico para o político e econômico passando agora a atender aos interesses do capital a educação passa a ser um setor de investimentos de empresas privadas nacionais e internacionais e o fim da ditadura e a elaboração de uma nova Constituição Federal (1988), a educação toma novos rumos e, como aparece no Art.205, torna-se “(...) direito de todos e dever do Estado e da Família (...)”, obrigando o Estado passa agora a investir mais nesse setor.

Em 24 de Dezembro de 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) é promulgada e o MEC (Ministério da Educação e Cultura) edita os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). A nova LDB vem afirmar ainda mais a educação infantil como parte da educação básica nacional.

Na seção II, do Capítulo II da Educação Básica dispõe sobre a Educação Infantil e declara no Art. 29 que

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 1996)

No Art. 30 declara que: “A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade”. (BRASIL, 1996).

Em 2006 o MEC juntamente com a SEB (Secretaria de Educação Básica), Formula a Política Nacional de Educação Infantil (PNEI) para dar subsídio ao cumprimento e garantia da implementação das políticas públicas e o melhoramento das instituições de educação infantil para as crianças de 0 a 6 anos de idade. (BRASIL, 2006).

Em 2006 houve uma modificação na LDB a partir da lei 1.274/2006, mas somente depois da Emenda Constitucional nº 59/2009 é que ficou obrigatória a Educação Básica de 4 aos 17 anos sendo o Ensino Fundamental partir de 6 anos de idade.

Essas modificações elevam a Educação Infantil a um nível de ensino e a primeira etapa da educação básica, também especifica a finalidade desse segmento que é o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, intelectual, emocional, cultural e social. As mudanças vão dando importância também ao conteúdo que é ensinado as crianças nas creches e pré-escolas e a visão anterior de assistencialismo vai sendo superada; o currículo vai sendo modificado e o educar vai tendo o mesmo peso que o cuidar, no entanto muito ainda precisa ser melhorado, está longe ainda de ser o ideal para as crianças na Educação Infantil.

O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sendo parte importante da proposta pedagógica, o currículo é a definição do que será trabalhado, tanto em atividades quanto em metodologias, pela escola a partir da faixa etária de cada sala. Está também atrelado a todas as experiências proporcionadas pelos profissionais de educação que visem o conhecimento individual.

Moreira e Candau (2007, p. 18) entendem currículo como sendo

(...) as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. (...).

O currículo acaba sendo o coração da escola, pois toda prática, seja em sala ou fora dela vai ser norteadas pelo currículo. É através dele que as coisas acontecem na escola.

O currículo é parte importante da prática escolar, pois ele direciona o fazer pedagógico e orienta o professor no que ensinar e as competências que devem ser desenvolvidas pelos alunos. No entanto as características regionais e locais devem ser contempladas para que o currículo se torne democrático e útil para cada realidade.

Para ser democrático o currículo precisa visar a humanização de todas as pessoas sem distinção de classe social e raça, sendo a escola o

espaço para que essa inclusão ocorra e proporcione a todo e qualquer cidadão brasileiro. (LIMA, 2007, 18). O currículo construído para ser escolarizante na Educação Infantil deixa de ser democrático, pois não leva em consideração a necessidade da faixa etária das crianças de Creche e Pré- escola que precisam de ludicidade, brincadeiras, espaço e momentos de descobertas.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Infantil (2010, 12) temos a seguinte definição de currículo:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

O currículo então define o modo de organização dos espaços e repensa os valores, as ideias e as atitudes de toda a comunidade escolar. Todos os envolvidos no processo educativo precisam ampliar as ações pedagógicas de modo a ampliar o repertório cultural, a interação social, a aprendizagem e a exploração cooperativa.

Para nosso entendimento o currículo acaba sendo um plano teórico oficial e formal que dá ao professor um guia para a sua prática educativa na escola e na sala de aula. Para o MEC a Base Nacional Comum Curricular foi construída para definir os conteúdos e aprendizagens essenciais da educação básica que os alunos precisam desenvolver ao longo de sua vida escolar. Trataremos a seguir sobre a BNCC e sua construção.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A BNCC surge num momento político e econômico delicado do país e não trata apenas de um documento normativo, mas também de questões ideológicas e políticas. A Base Nacional Comum Curricular tem a justificativa de normatizar as aprendizagens essenciais que os alunos da Educação Básica devem desenvolver ao longo da vida escolar. Segundo o MEC (2017, 7) “[...] a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”.

Foram duas versões até a sua terceira e última versão que culminou no documento oficial. Em Outubro de 2015 a primeira versão foi disponibilizada para consulta e obteve “12 milhões de contribuições – individuais, de organizações e de redes de educação de todo o País –, além de pareceres analíticos de especialistas, associações científicas e membros da comunidade acadêmica”. (Ibid., p. 5). A segunda

versão foi publicada em 2016 e teria passado por um amplo debate através de seminários estaduais nos quais os professores teriam participado e posteriormente leitores especialistas teriam dado sua contribuição na revisão da segunda versão (MEC, 2017).

Para a Educação Infantil a justificativa da base se pautou “na necessidade de operacionalizar as diretrizes curriculares, isto é, construir uma orientação a partir da qual os professores pudessem desenvolver suas práticas, respeitando as diversas dimensões da infância e dos direitos das crianças”. (CAMPOS e BARBOSA, 2015, p. 353). O MEC (2017) afirma que a BNCC e os currículos se complementam para garantir aos alunos de todo o território nacional uma aprendizagem mínima essencial em cada etapa da educação e cabem as redes e instituições de ensino adequar o que diz a lei à realidade local e dos alunos.

Apesar de toda essa justificativa o Ministério da Educação entendeu que a base seria um grupo de competências que os alunos deveriam seguir e não uma proposta curricular. Para Freitas (2015) a Base não avançará para compor uma sociedade mais justa e igualitária no quesito currículo nacional, pois a base foi considerada pelo diretor da Secretaria de Educação Básica como uma definição de “ensino” e não como um “currículo nacional”.

A BNCC define que são seis os direitos de aprendizagem da Educação Infantil para que a criança tenha condições de desempenhar em sua vida diária um papel de cidadania e conseguir resolver os conflitos que surgem no cotidiano da vida. Os direitos de aprendizagens são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Essas aprendizagens segundo o MEC (2017, p. 34) “[...] reitera a importância e necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola.”.

A base não se estrutura em divisões de conteúdos a ser apreendidos e sim em campos de experiências nos quais os objetivos devem ser baseados. São eles: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Oralidade e escrita; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

ANALISANDO A PRÁTICA

A pesquisa foi realizada com 14 professores de uma instituição de Educação Infantil em Campina Grande, no entanto somente 9 tiveram disponibilidade para responder a entrevista nos dois dias em eu estivemos fazendo. Fomos analisar junto as professoras a compreensão delas em relação a BNCC, se participaram de sua elaboração e qual sua

implicação para a prática e a realidade vivenciada por elas.

Para Ball, segundo os estudos de Mainardes (2006), o contexto da prática é onde reside a interpretação e recriação da política, pois ninguém pode controlar como a interpretação será realizada e com isso podem ocorrer mudanças e transformações na lei sendo assim recriadas. Esta abordagem, portanto, assume que os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretção das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas. (Ibid., p. 53)

Primeiramente traçamos um perfil socioeconômico das educadoras que em sua totalidade é do sexo feminino. Foram perguntas sobre a idade, renda mensal, formação acadêmica e tempo de atuação profissional.

Nas perguntas específicas sobre currículo e BNCC encontramos respostas parecidas umas com as outras. Questionadas sobre o que seria currículo encontramos respostas que vão de acordo a visão tradicional “que o entende como uma seleção prescritiva de conteúdos a serem ‘transmitidos’ aos alunos através de lições planejadas pelos professores.” (AMORIM, 2011, p. 108)

“Currículo é a organização dos conteúdos, sistematizando os conhecimentos” [entrevistada 04], “São os conteúdos a ser ensinado, um plano de curso” [Entrevistada07], “São os conteúdos que direcionam as atividades a serem trabalhadas” [Entrevistada 08]

De acordo com Moreira e Candau (2007) “Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.” As falas abaixo seguem a mesma perspectiva de empenho do professores para alcançarem um objetivo através do fazer pedagógico.

“Um documento onde relata as experiências profissionais, assim como sua trajetória educacional”. [Entrevistada 05], “Planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais com objetivos a serem alcançados” [Entrevistada 08]

Na pergunta sobre se é importante seguir um currículo nacional e o porquê, responderam: “Sim, pois trata-se de um grande projeto futurista” [Entrevistada 02], “Não, porque cada região sabe sua necessidade” [Entrevistada 03]

Na fala das professoras identificamos que há um desconhecimento sobre o conteúdo do currículo nacional e uma resistência em se aperfeiçoar a respeito das políticas que estão sendo formuladas no país.

Depois das falas indagamos a seguinte questão: Será que as leis para a educação e em especial as sobre o currículo é realmente discutida pela sociedade em âmbito nacional? Temos o exemplo da BNCC que foi disponibilizada para consulta e contribuições da sociedade, mas uma consulta de pouca divulgação e tempo e que já vinha praticamente pronta para sua implantação.

Ainda sobre a questão da importância de um currículo nacional tivemos as respostas: “Sim, pois a proposta ajudará muitos jovens em seus aprendizados e terá muita influência positiva para os alunos que pretendem fazer o ENEM” [Entrevistada 05]

Encontramos a fala acima que demonstra uma preocupação apenas com os conteúdos técnicos e disciplinares que ajudarão os alunos a fazerem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), levando a Educação Infantil a um nível escolar, deixando de lado o lúdico, o brincar, o crescer pela descoberta. Essa fala indica que “(...) as práticas cotidianas ainda são sistematizadas muito mais numa concepção próxima do ensino escolarizante do que na lógica indicada nas diretrizes curriculares”. (CAMPOS; BARBOSA, 2015, p. 358). Ter uma base padronizante para atender somente a um exame nacional num país tão diverso causa uma preocupação, pois no Brasil há muita diversidade para ser contemplada.

Quando questionadas sobre a participação delas na formulação da base e como elas veem a BNCC para a Educação Infantil elas responderam da seguinte maneira: “A base nacional, assim como outros documentos do governo federal, apresenta propostas de grande relevância para a educação básica. No entanto na nossa prática não percebemos de forma efetiva”. [Entrevistada 01]

As circunstâncias em que os textos das políticas públicas são produzidos entram no segundo contexto de Ball no qual

Os textos são produtos de múltiplas influências e agendas e sua formulação envolve intenções e negociação dentro do Estado e dentro do processo de formulação da política. Nesse processo, apenas algumas influências e agendas são reconhecidas como legítimas e apenas algumas vozes são ouvidas. (MAINARDES, 2006, p. 53).

“Não participei da sua formulação apenas acompanhei o seu desenvolvimento através da mídia, ou seja, tomei conhecimento a partir da mesma”. [Entrevistada 02] “Na verdade não atende os objetivos da realidade que temos, não fui participante em nenhum momento e que eu saiba os nossos colegas também não”. [Entrevistada03]. “Não, só através da mídia” [Entrevistada 04] “

Para Peroni e Caetano (2015) essa aceitação por parte da população acontece

(...) por razões econômicas e pelo fato de carregar uma forte aceitação da população como uma ação que produz melhoria na vida das pessoas, a educação tem sido a área eleita pela maioria dos dirigentes de empresas para direcionar suas ações de responsabilidade social. As ações empresariais, no campo da educação, desenvolvem práticas que promovem a síntese entre o interesse individual e o interesse geral. (p. 347)

As leis que estão dentro das políticas públicas são muito disputadas e resultam de muitos interesses, sejam eles políticos ou econômicos e sofrem uma pseudoparticipação e influência da população em sua formulação, pois quando a BNCC abriu para discussão no portal do MEC esperava-se uma maior participação principalmente dos profissionais de educação de todos os estados, incluindo os da Paraíba. O que nessa instituição não aconteceu, ficaram sabendo através da mídia que o Governo Federal iria formular a base.

Esse pouco envolvimento dos profissionais que estão na ponta e vão utilizar a base como subsídio para a prática pedagógica só reforça a condição subalterna dos professores de meros executores das políticas que os outros pensam.

A fala delas entra no contexto de influencia e no contexto da prática, pois os professores tem um “papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação” dos textos das políticas educacionais e não são meros receptores. (MAINARDES, 2006), no entanto apenas algumas vozes são ouvidas e consideradas legítimas e essas não são as dos professores e profissionais que ficam lidando diretamente com a educação e o currículo no dia a dia e sim interesses ideológicos de uma classe neoliberal que quer ditar o que deve ser ensinado e aprendido no país.

Os efeitos gerais da política tornam-se evidentes quando aspectos específicos da mudança e conjuntos de respostas (observadas na prática) são agrupados e analisados. Um negligenciamento de efeitos gerais é mais comum em estudos de casos particulares que tomam uma mudança ou um texto político e tentam determinar seu impacto na prática. (MAINARDES, 2006, p. 54)

Foi o que o nosso estudo buscou alcançar qual o impacto da BNCC na prática de uma instituição de Educação Infantil a partir de um conjunto específico de profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso objetivo foi o de analisar como os profissionais de uma instituição de Educação Infantil veem a Base nacional comum Curricular para a Educação Infantil e descobrimos que a maioria não conhece sequer a lei. As professoras entrevistadas ainda tem uma visão tradicional do que seja currículo e tem certa resistência a aprender novas concepções.

Apesar de todas essas leis que são modificadas e amplamente discutidas pela sociedade e governantes a efetivação dos direitos da criança na Educação Infantil ainda deixa muito a desejar, pois na prática existe uma distância entre o que está escrito e o que é feito. Na prática falta material básico para o trabalho e estrutura física, como a entrevistada 08 em sua fala explica “É mais um documento” que vai subsidiar a prática, mas sem nenhuma implicação efetiva de garantia de direitos e aperfeiçoamento do cidadão, pois a BNCC “padroniza o currículo num país tão diversificado como o nosso.” (PERONI e CAETANO, 2015) que para Ball tem um único objetivo de controle ideológico.

Concluimos também que por ser um documento tão importante que afeta o modo de ensino e o que será ensinado a BNCC não foi amplamente discutida e revisada pelos profissionais das instituições de ensino como foi divulgado na formulação do documento. Tornando o professor como um mero executor da política. A nomenclatura de “participação da população” é uma manobra que faz com que o que foi implantado seja aceito pelos demais, pois seria uma decisão tomada pela maioria. (MAINARDES, 2006)

Percebemos que a Educação Infantil corre riscos de ser padronizada e utilizada também como forma de avaliação como vemos no Ensino Fundamental. A BNCC como outros documentos para a Educação de um modo geral implica em desejo de melhoria e é isso que temos que focar para ter uma educação de qualidade, mas não esquecer de que estamos tratando de pessoas e que a busca por uma cidadania que efetivamente se preocupe com o desenvolvimento integral é o nosso desejo. Nossa pesquisa se torna um ponto de partida para a análise de questões mais amplas da política e suas formulações, não é capaz de contemplar a complexa estrutura curricular e suas implicações em sua totalidade. Pretendemos em trabalhos futuros abordar outros aspectos em torno da BNCC e suas implicações para o cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Luísa Nogueira de. **Sobre educar na creche: é possível pensar em currículo para crianças de zero a três anos?** Tese de Doutorado. João Pessoa: 2011

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em 18/09/2017

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.

____. Brasília: MEC/SEF, 1998. CAMPOS, Rosânia. BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **BNCC e Educação Infantil: Quais as possibilidades?**. Revista Retratos da Escola, 2016.

CAMPOS, Rosânia. BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **BNCC e Educação Infantil: Quais as possibilidades?**. Revista Retratos da Escola, 2016.

CARRIJO, Menissa Cícera Ferenandes de Oliveira Bessa. **Educação infantil e políticas públicas: História, vazios e desafios**. Revista da Faculdade de Educação, 2012

FARIA, Vitória Líbia Barreto de. **Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. São Paulo: Ática, 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Não há base para discutir a base**. Avaliação Educacional – blog do Freitas, 18 out. 2015. Disponível em: <<http://avaliacaoeducacional.com/2015/10/18/nao-ha-base-para-discutir-abase/>>. Acesso em: 28/11/2017.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394 de 1996. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2017.

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MEC. **Base nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

ORTIZ, Cisele. CARVALHO, Maria Teresa Venceslau de. **Interações: ser professor de bebês- cuidar, educar e brincar, uma única ação**. São Paulo: Blucher, 2012. (Coleção InterAções).

PERONI, Vera Maria Vidal. CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação: Projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337- 352, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 6. ed. Revisada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.